Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2018.

O ano de 2018 se destacou pela melhora do ambiente econômico e confiança do consumidor, proporcionando assim o crescimento da indústria automobilística nacional. Como consequência, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve-se com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R$ 17,0 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R$ 14,3 bilhões.

DESTAQUES DO ANO

- Maior banco de montadora no Brasil, 17º colocado entre as instituições financeiras privadas e 22ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 66,6% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 51,2% no segmento de caminhões e ônibus e 68,1% no segmento de automóveis.
- *Rating* de crédito brAAA pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Sexta oferta pública de Letras Financeiras no valor de R$ 490 milhões, atingindo o menor custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 23,1% em 31 de dezembro de 2018.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2018 concentraram 82% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

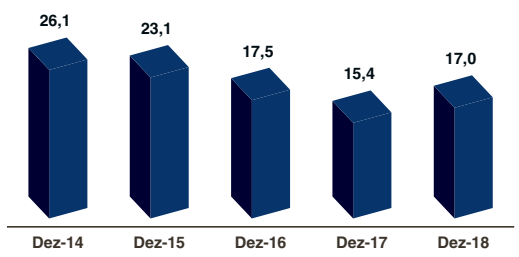
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

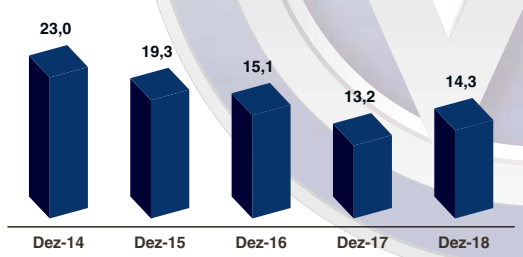
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais, além da Autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

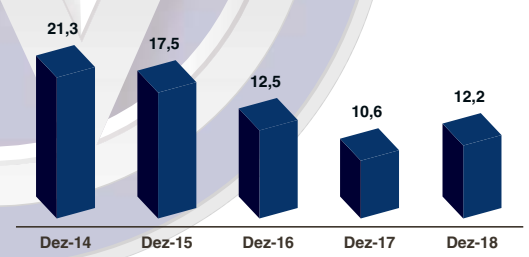
TOTAL DE ATIVOS (R$ bilhões)



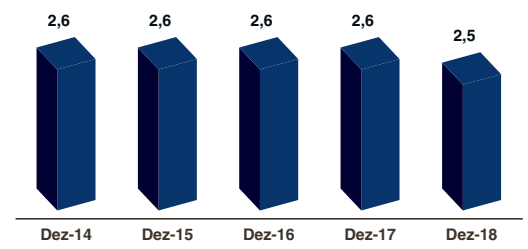
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$ bilhões)



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

ATIVO

	2018	2017
CIRCULANTE	**8.824.015**	**8.141.057**
Disponibilidades	6.490	11.883
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	588.218	346.564
Aplicações no mercado aberto	588.218	346.564
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	22.834	53.271
Carteira própria (Nota 4)	22.834	52.506
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	765
Operações de crédito (Nota 6)	7.506.471	6.972.739
Operações de crédito - setor privado	7.783.880	7.215.780
Operações de crédito vinculadas a cessão	543	78.370
Provisão para operações de crédito - setor privado	(277.952)	(321.411)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(159)	(2.028)
Arrendamentos a receber - setor privado	97.969	93.235
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(96.493)	(92.898)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(1.635)	(2.365)
Outros créditos	670.065	708.612
Créditos tributários (Nota 19 (a))	193.126	206.772
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	38.902	223.208
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(385)	(1.942)
Diversos (Nota 7)	438.422	280.574
Outros valores e bens	30.096	50.016
Despesas antecipadas (Nota 8)	963	3.182
Outros valores e bens	29.133	46.834
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**7.433.178**	**6.539.511**
Operações de crédito (Nota 6)	5.973.346	4.956.710
Operações de crédito - setor privado	6.324.499	5.421.325
Provisão para operações de crédito - setor privado	(351.153)	(464.615)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(1.330)	(2.163)
Arrendamentos a receber - setor privado	76.672	103.800
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(76.357)	(103.574)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(1.645)	(2.389)
Outros créditos	1.460.470	1.583.958
Créditos tributários (Nota 19 (a))	718.882	931.520
Diversos (Nota 7)	741.588	652.438
Outros valores e bens	692	1.006
Despesas antecipadas (Nota 8)	692	1.006
PERMANENTE	**784.365**	**755.316**
Investimentos	537.555	467.535
Investimento em controlada (Nota 9)	537.555	467.535
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	306	11
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	228.726	265.277
Bens arrendados	309.290	322.866
Depreciações acumuladas	(80.564)	(57.589)
Intangível	17.778	22.493
Ativos intangíveis - líquido de amortização	17.778	22.493
TOTAL DO ATIVO	**17.041.558**	**15.435.884**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2018	2017
CIRCULANTE	**6.934.833**	**5.004.450**
Depósitos (Nota 10)	3.813.967	1.599.605
Depósitos interfinanceiros	-	280.541
Depósitos a prazo	3.813.967	1.319.064
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	657.737	116.356
Recursos de letras financeiras	657.737	116.356
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	-	215.285
Empréstimos no país	-	215.285
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	1.327.580	1.833.681
Outras obrigações	1.135.549	1.239.523
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.912	4.178
Sociais e estatutárias (Nota 18)	647.368	513.668
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	152.459	148.757
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	15.925	24.851
Provisão para contingências (Nota 15)	-	183.630
Dívidas subordinadas (Nota 16)	68.085	105.347
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 16)	36.836	-
Diversas (Nota 17)	210.964	259.092
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**7.411.114**	**7.684.767**
Depósitos (Nota 10)	2.146.038	2.479.743
Depósitos interfinanceiros	243.023	62.689
Depósitos a prazo	1.903.015	2.417.054
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	720.173	616.586
Recursos de letras financeiras	720.173	616.586
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	1.717.050	1.928.508
Outras obrigações	2.827.853	2.659.930
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	158.264	146.234
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	12.962	16.214
Provisão para contingências (Nota 15)	844.696	730.943
Dívidas subordinadas (Nota 16)	616.600	625.962
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 16)	1.169.334	1.099.305
Diversas (Nota 17)	25.997	41.272
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2 (n))	**158.778**	**116.793**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	**2.536.833**	**2.629.874**
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.228.950	1.321.991
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17.041.558**	**15.435.884**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.452.840**	**2.781.485**	**2.602.804**
Operações de crédito	1.305.500	2.525.778	2.508.380
Operações de arrendamento mercantil	120.042	201.334	108.412
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.070	37.551	89.320
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	113	(1.227)	(120.948)
Operações de venda de ativos financeiros	7.115	18.049	17.640
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(640.164)**	**(1.198.115)**	**(1.269.842)**
Operações de captação no mercado	(306.860)	(570.613)	(581.295)
Operações de empréstimos e repasses	(145.619)	(260.504)	(234.994)
Operações de arrendamento mercantil	(96.218)	(150.118)	(71.868)
Operações de venda de ativos financeiros	(355)	(3.033)	(41.000)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))	(91.112)	(213.847)	(340.685)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**812.676**	**1.583.370**	**1.332.962**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(325.731)**	**(570.739)**	**(561.336)**
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (e))	40.853	73.243	56.478
Despesas de pessoal	(1.330)	(2.443)	(2.083)
Outras despesas administrativas (Nota 21 (b))	(183.558)	(307.658)	(297.001)
Despesas tributárias	(36.285)	(70.445)	(70.975)
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	34.633	70.020	83.945
Outras receitas operacionais (Nota 21 (c))	105.287	231.999	135.511
Outras despesas operacionais (Nota 21 (d))	(285.331)	(565.455)	(467.211)
RESULTADO OPERACIONAL	**486.945**	**1.012.631**	**771.626**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21 (f))	(13.082)	(24.185)	(28.229)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**473.863**	**988.446**	**743.397**
Imposto de renda (Nota 19 (c))	(67.257)	(187.881)	(128.236)
Contribuição social (Nota 19 (c))	(150.023)	(246.238)	(101.493)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	**256.583**	**554.327**	**513.668**
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R$	0,82	1,77	1,64

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios	256.583	554.327	513.668
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações e depreciações	4.084	8.382	11.361
Resultado de participação em controlada	(34.633)	(70.020)	(83.945)
Provisão para devedores duvidosos	91.112	213.847	340.685
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	86.996	171.206	167.106
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	(113)	1.915	117.748
Reversão para outros valores e bens	(1.083)	(4.568)	(8.685)
Provisão para contingências e obrigações legais	38.619	135.864	234.678
Tributos diferidos	159.125	236.958	23.532
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	**600.690**	**1.247.911**	**1.316.148**
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	16.597	28.732	64.485
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	(1.535.392)	(1.744.101)	1.533.267
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	71.301	139.202	(223.937)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57.807)	(177.092)	(107.547)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	**(1.505.301)**	**(1.753.259)**	**1.266.268**
Aumento (redução) em depósitos	749.016	1.880.657	1.507.715
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	129.887	644.968	(329.294)
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME	(173.068)	(717.559)	(1.663.026)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	-	-	(657.272)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	-	(215.496)	(1.434.827)
Aumento (redução) em outras obrigações	71.486	(264.352)	(369.914)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	61.372	41.985	(11.978)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	**838.693**	**1.370.203**	**(2.958.596)**
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(65.918)**	**864.855**	**(376.180)**
Aquisição de imobilizado de uso	(10)	(351)	-
Aquisição de ativo intangível	(1.819)	(3.610)	(4.311)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.829)**	**(3.961)**	**(4.311)**
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(54.621)	(110.965)	(106.531)
Dividendos pagos	-	(513.668)	(74.847)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(54.621)**	**(624.633)**	**(181.378)**
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(122.368)**	**236.261**	**(561.869)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	717.075	358.447	920.316
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (b))	594.708	594.708	358.447
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(122.368)**	**236.261**	**(561.869)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Capital social realizado	Reserva de lucros: Subvenção de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.307.883	18.515	124.616	1.178.860	-	2.629.874
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	513.668	513.668
Destinações:						
Reserva legal	-	-	25.683	-	(25.683)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 0,60/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	-	(187.247)	(187.247)
Dividendos propostos (R$ 1,04/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	(326.421)	-	(326.421)
Reserva especial de lucros	-	-	-	300.738	(300.738)	-
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	2.629.874
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	554.327	554.327
Destinações:						
Reserva legal	-	-	27.717	-	(27.717)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 0,55/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	-	(173.133)	(173.133)
Dividendos propostos (R$ 1,52/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	(474.235)	-	(474.235)
Reserva especial de lucros	-	-	-	353.477	(353.477)	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	178.016	1.032.419	-	2.536.833
Em 30 de junho de 2018	1.307.883	18.515	165.186	1.153.177	282.857	2.927.618
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	256.583	256.583
Destinações:						
Reserva legal	-	-	12.830	-	(12.830)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 0,55/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	-	(173.133)	(173.133)
Dividendos propostos (R$ 1,52/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	(474.235)	-	(474.235)
Reserva especial de lucros	-	-	-	353.477	(353.477)	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	178.016	1.032.419	-	2.536.833

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades - depósitos bancários	6.490	11.883
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações no mercado aberto	588.218	346.564
	594.708	358.447

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

(e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I - Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (c)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 17). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

II - Operações de arrendamento mercantil

(i) - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

(ii) - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R$ 1.256 (2017 - R$ 2.325). Os ganhos são registrados no resultado.

(iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de

continua...

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais

acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A receita de superveniência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 7.674 (2017- despesa de insuficiência de R$ 3.158) e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 43.258 (2017 - R$ 35.584) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(f) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(g) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

(h) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(k) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

(n) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(o) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto	
	2018	2017
Letras do Tesouro Nacional - LTN	164.848	136.499
Notas do Tesouro Nacional - NTN	423.370	210.065
	588.218	346.564

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2018	2017
12/2013	Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Two	11.284	24.216
12/2015	Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Three	11.550	28.290
		22.834	52.506
	Circulante	22.834	52.506

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2018 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

				2018
				Exercício
Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	-	-	-	1.707
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	-	-	-	(2.934)
		-	-	(1.227)

				2017
				Exercício
Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	71.781	347	-	7.699
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	200.000	418	-	(128.647)
		765	-	(120.948)
Circulante		765	-	

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, a Instituição possuía contratos de *swap* que venceram no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 o valor nocional era de R$ 200.000. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado de R$ 2.934 (2017 - negativo em R$ 128.647).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco, as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Operações de crédito	14.108.922	12.715.475
Operações de arrendamento mercantil financeiro	145.682	156.542
Operações de arrendamento mercantil operacional	30.590	51.731
Outros créditos - títulos e créditos a receber	38.902	223.208
	14.324.096	13.146.956

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

					2018
	Curso anormal				
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	968.811	968.811	173
A	-	-	8.555.981	8.555.981	43.428
B	109.033	21.805	2.041.580	2.172.418	21.724
C	135.460	9.220	1.360.986	1.505.666	45.170
D	100.188	9.657	292.193	402.038	40.204
E	38.537	10.372	135.700	184.609	55.383
F	25.959	5.306	163.842	195.107	97.554
G	21.213	5.424	7.802	34.439	24.107
H	127.323	64.930	112.774	305.027	305.027
	557.713	126.714	13.639.669	14.324.096	632.770

					2017
	Curso anormal				
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	483.763	483.763	69
A	-	-	7.856.137	7.856.137	40.043
B	91.537	31.585	1.778.029	1.901.151	19.290
C	139.889	11.743	1.321.463	1.473.095	44.193
D	121.295	14.705	362.955	498.955	49.910
E	82.903	13.649	220.799	317.351	95.296
F	56.661	15.186	28.484	100.331	50.752
G	39.963	14.324	22.393	76.680	53.676
H	228.948	113.866	96.679	439.493	439.493
	761.196	215.058	12.170.702	13.146.956	792.722

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

			2018
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	166.756	4.657.817	4.824.573
De 181 a 360 dias	131.009	2.920.582	3.051.591
Acima de 361 dias	259.948	6.007.971	6.267.919
	557.713	13.586.370	14.144.083
vencidos			
De 01 a 14 dias	15.040	53.299	68.339
De 15 a 60 dias	37.731	-	37.731
De 61 a 180 dias	48.269	-	48.269
De 181 a 360 dias	25.674	-	25.674
	126.714	53.299	180.013
	684.427	13.639.669	14.324.096

			2017
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	235.691	4.520.673	4.756.364
De 181 a 360 dias	180.861	2.603.175	2.784.036
Acima de 361 dias	344.644	4.989.672	5.334.316
	761.196	12.113.520	12.874.716
vencidos			
De 01 a 14 dias	23.943	57.182	81.125
De 15 a 60 dias	56.473	-	56.473
De 61 a 180 dias	93.091	-	93.091
De 181 a 360 dias	41.551	-	41.551
	215.058	57.182	272.240
	976.254	12.170.702	13.146.956

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Pessoas físicas	5.889.177	5.167.637
Outros serviços	4.292.020	4.344.098
Comércio	3.482.069	3.031.132
Indústria	566.411	543.159
Rural	36.868	28.519
Habitação	44.700	23.249
Intermediário financeiro	12.851	9.162
	14.324.096	13.146.956

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2018		2017	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	198	1.593	262	301
Bens arrendados	223.589	82.846	234.889	81.850
Depreciação acumulada de bens arrendados	(93.731)	(28.492)	(75.453)	(13.918)
Superveniência de depreciação	43.258	-	35.584	-
Perdas em arrendamento a amortizar	2.855	-	6.127	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.599)	-	(3.802)	-
Credores por antecipação de valor residual	(28.887)	-	(41.065)	-
	145.683	55.947	156.542	68.233

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2023 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R$ 80.268 (2017 - R$ 87.176), sendo que desse total R$ 28.887 (2017 - R$ 41.065) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 17).

Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880
		2.118.684	2.151.638

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2018	2017	2018	2017
FIDC Driver Two	76	9.546	7.552	18.945
FIDC Driver Three	467	68.824	5.602	73.059
	543	78.370	13.154	92.004

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	Exercícios	
	2018	2017
Saldo inicial	792.722	1.072.743
Constituição de provisão	213.847	340.685
Baixas por utilização	(373.799)	(620.706)
Saldo final	632.770	792.722

Foram recuperados créditos no montante de R$ 458.853 (2017 - R$ 380.494). Foram renegociados créditos no montante de R$ 95.895 (2017 - R$ 30.458) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R$ 185.233 (2017 - R$ 152.066).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	692.638	612.969
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	300.886	177.690
Impostos e contribuições a compensar	186.486	142.353
Total	1.180.010	933.012
Circulante	438.422	280.574
Realizável a longo prazo	741.588	652.438

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, prêmio de seguro garantia apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice. Em 2017, referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R$ 1.655 (2017 - R$ 4.188).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	Exercícios	
Informações sobre a investida:	2018	2017
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido dos exercícios	70.020	83.945
Patrimônio líquido	537.555	467.535
Resultado de equivalência patrimonial	70.020	83.945
Investimento	537.555	467.535

10. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,5% a 105,0% do DI (2017 - 96,5% a 106,0% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

	2018		2017	
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Até 90 dias	-	1.560.826	280.541	409.912
De 91 a 365 dias	-	2.253.141	-	909.152
De 1 a 3 anos	243.023	1.883.953	62.689	1.951.469
Acima de 3 anos	-	19.062	-	465.585
Total	243.023	5.716.982	343.230	3.736.118

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, no montante de R$ 1.377.910, sendo R$ 657.737 no circulante e R$ 720.173 no exigível a longo prazo, com vencimento até outubro de 2020, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 103,5% a 104,0% do DI (2017 - R$ 732.942 de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até julho de 2019).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país que venceram no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 o valor das operações em dolar era de USD 63.857. O montante das obrigações por empréstimos atualizado era de R$ 215.285 a taxas de juros prefixadas de até 2,5% ao ano.

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2018	2017
Até 90 dias	376.975	522.725
De 91 a 365 dias	950.605	1.310.956
De 1 a 3 anos	1.292.494	1.556.315
Acima de 3 anos	424.556	372.193
Total	3.044.630	3.762.189

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	145.123	139.085
Impostos e contribuições a pagar	37.544	38.524
Passivos tributários diferidos (Nota 19 (b))	128.056	117.382
Total	310.723	294.991
Circulante	152.459	148.757
Exigível a longo prazo	158.264	146.234

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2018	2017	2018	2017
Reclamações trabalhistas (Nota 15 (c))	62.953	62.184	8.439	5.647
Reclamações cíveis (Nota 15 (c))	186.219	153.188	60.004	73.141
Riscos fiscais (Nota 15 (c))	135.384	116.431	85.403	78.663
Obrigações legais (Nota 15 (c))	460.140	582.770	538.792	455.518
Total	844.696	914.573	692.638	612.969
Circulante	-	183.630	-	-
Exigível / realizável a longo prazo	844.696	730.943	692.638	612.969

(b) Em 31 de dezembro, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais	
	Exercícios	
	2018	2017
Saldo inicial	914.573	767.103
Constituição	239.961	206.402
Reversão (i)	(119.253)	(29.133)
Baixa (ii)	(205.741)	(87.208)
Atualização monetária	15.156	57.409
Saldo final	844.696	914.573

(i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisão para contingências.

(ii) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 15 (d)).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas - tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financiário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. Desde o segundo semestre de 2017 as provisões passaram a considerar o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais - referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no município de São Paulo, no total de R$ 66.596 (2017 - R$ 62.125) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R$ 37.970 (2017 - nil).

Obrigações legais - referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R$ 432.799 (2017 - R$ 373.910) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R$ 26.804 (2017 - R$ 25.967).

(d) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT, previsto na Lei nº 13.496/17, perante à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, para liquidação de débitos relativos a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no montante total de R$ 223.085. Em fevereiro de 2018 a Instituição finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo. A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R$ 89.226 (Nota 21 (c)), registrado na demonstração do resultado no mesmo mês.

(e) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2018	2017
Tributárias		
IOF (i)	620.349	600.323
IRPJ/CSLL (ii)	296.647	303.604
ISS (iii)	240.450	267.982
CPMF (iv)	-	55.102
Outros	55.904	42.484
	1.213.350	1.269.495
Cíveis		
Ações revisionais	9.604	8.854
	9.604	8.854

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

(iv) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil. No exercício de 2018, transitaram em julgado, com decisão favorável para a Instituição.

16. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

	Valor original da operação		Saldo	
Prazo até o vencimento	2018	2017	2018	2017
Até 1 ano	48.382	52.972	104.921	105.347
De 1 a 3 anos	115.292	106.627	244.605	207.804
De 3 a 5 anos	217.149	130.924	445.400	248.533
Acima de 5 anos	600.448	743.720	1.095.929	1.268.930
	981.271	1.034.243	1.890.855	1.830.614

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,5% ao ano (2017 - 8,7% a 10,7% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 31 de dezembro de 2018, o montante referente a esses passivos é de R$ 1.206.170 (2017 - R$ 1.099.305). As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R$ 902.778 (2017 - R$ 945.709).

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2018	2017
Contratos de financiamentos a pagar	92.104	123.488
Contas a pagar	65.627	27.835
Recebimentos em trânsito a processar	46.515	44.951
Obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 6 (c))	13.154	92.004
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 21 (g))	79	74
Outras	19.482	12.012
Total	236.961	300.364
Circulante	210.964	259.092
Exigível a longo prazo	25.997	41.272

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2017 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foram tomadas as seguintes deliberações:

(i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R$ 326.421;

(ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2017 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R$ 187.247, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício. Ambos valores foram pagos no exercício de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2018, foram tomadas as seguintes deliberações:

(i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R$ 474.235;

(ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2018 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R$ 173.133, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício. Ambos valores serão pagos no exercício de 2019.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R$ 912.008 (2017 - R$ 1.138.292), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

(a) Créditos tributários - período de realização

	2019	2020	2021	2022	De 2023 a 2028	Total
Imposto de renda e contribuição social	193.126	294.652	278.653	6.369	139.208	912.008

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro totaliza R$ 708.897 (2017 - R$ 839.633) descontados a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

continua...

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários		Passivos tributários diferidos	
	Exercícios		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	1.138.292	1.124.206	117.382	79.764
Constituição	437.921	567.201	17.762	39.040
Realização	(664.205)	(553.115)	(7.088)	(1.422)
Saldo final	912.008	1.138.292	128.056	117.382

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios	
	2018	2017
Resultado antes da tributação	988.446	743.397
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(444.801)	(334.529)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	77.910	84.261
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(10.971)	(26.611)
Equivalência patrimonial (Nota 9)	31.509	37.775
Efeito majoração da CSLL (5%) - crédito tributário	(92.833)	5.491
Deduções de incentivos fiscais (Nota 21(f))	5.363	3.425
Outros	(296)	459
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(434.119)	(229.729)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
			Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(20.899)	(22.168)	(1.348)	(2.272)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(509.318)	(439.836)	(29.454)	(36.937)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(44.438)	(13.134)	(1.141)	(2.213)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(16.371)	(19.843)	(1.393)	(723)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(22.545)	(13.421)	(1.852)	(1.599)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(36.722)	(69.686)	(2.142)	(7.950)
Sociais e estatutárias	(647.368)	(513.668)	-	-
Contas a pagar	(19.879)	(18.302)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(154.379)	(163.176)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(660)	(37.512)	(1.242)	(3.788)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(364.834)	(659.504)	(29.678)	(58.154)
Letras financeiras subordinadas	(1.890.855)	(1.830.614)	(171.206)	(167.105)
Contas a receber - valores a ressarcir	-	70	-	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Contas a receber - valores a ressarcir	-	216	2.994	1.791
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	-	-	(725)	(1.102)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	Exercícios	
	2018	2017
Benefícios de curto prazo	5.266	4.571
Benefícios pós-emprego	121	113
Outros benefícios de longo prazo	196	140
	5.583	4.824

A remuneração do pessoal-chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de *Back Office*, respectivamente.

(i) Risco de Crédito - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em base histórica, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;

(iii) Risco de Taxa de Juros - define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez - define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental - define-se risco socio ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional /relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html

(b) Outras despesas administrativas

	Exercícios	
	2018	2017
Despesas com serviços especializados	222.370	232.800
Despesas com registro de contrato	44.284	31.423
Despesas com publicidade	23.122	11.697
Despesas com depreciação e amortização	8.382	11.361
Despesas de comunicação e manutenção	7.392	7.779
Outras despesas administrativas	2.108	1.941
	307.658	297.001

(c) Outras receitas operacionais

	Exercícios	
	2018	2017
Receitas com tributos (Nota 15 (d))	89.226	-
Reversão de provisões (i)	60.947	18.218
Recuperação de encargos e despesas (ii)	36.855	81.935
Variação monetária ativa	34.636	34.683
Outras receitas operacionais	10.335	675
	231.999	135.511

(i) Refere-se, principalmente, à reversão de provisões para contingências.

(ii) Refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(d) Outras despesas operacionais

	Exercícios	
	2018	2017
Despesas com descontos concedidos	237.858	142.987
Despesas com comissões	121.080	89.177
Despesas com provisões operacionais (i)	114.759	118.717
Despesas com busca e apreensão	32.297	33.831
Variação monetária passiva (Nota 15(b))	15.156	57.409
Outras despesas operacionais	44.305	25.090
	565.455	467.211

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R$ 18.822 (2017 - R$ 24.804), e despesa com destinação de parte do imposto de renda - incentivos fiscais no montante de R$ 5.363 (2017 - R$ 3.425).

(g) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2018 totaliza R$ 7.658 (2017 - R$ 7.422), cuja provisão é de R$ 79 (2017 - R$ 74), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO FABRIZIO RUGGIERO DÉCIO CUNHA JÚNIOR

CONTADOR

HAMILTON SOUZA DE ANDRADE - Contador - CRC 1MG-046454/O-6 T-SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros: Srs. Fabrizio Ruggiero, eleito como Presidente do referido Comitê, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 e, Srs. Rodrigo Otávio Rocha Capuruço e Décio Cunha Júnior, eleitos como Membro Qualificado e Membro, respectivamente, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019, todos devidamente qualificados nos respectivos atos que os elegeram com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a atuação, qualificação e independência das Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2018, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos dos Auditores Independentes, dos Auditores Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (v) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, tecnologia, jurídico, tributário e compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria; (vi) o acompanhamento das atividades relevantes desenvolvidas pela Administração para implantação das Resoluções do CMN nos. 4.557/2017 e 4.588/2017; (vii) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender, de forma apropriada e tempestiva, às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente; e (viii) examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação de seu plano anual e do acompanhamento de sua execução e suas principais conclusões, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 20 de março de 2019.

O Comitê de Auditoria

Fabrizio Ruggiero
Presidente

Rodrigo O. R. Capuruço
Membro Qualificado

Décio Cunha Junior
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(e)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2